

Boletim Técnico 03/2023

Elaborado pelo Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários (GITEP) da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) – vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos e ao curso de graduação em Direito. Permite-se a reprodução, desde que citada a fonte. Contato: gitepucpel@gmail.com

Boletim Técnico desenvolvido no âmbito do **Acordo de Cooperação entre a Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SPS)/Susepe / Observatório do Sistema Prisional do RS e UCPEL/GITEP.**

Responsáveis por este Boletim Técnico: Gabriel Pavanelo Bidinoto; Eduarda Ross da Cruz; Luiz Antônio Bogo Chies

Oferta de Educação de Jovens e Adultos nas prisões do Rio Grande do Sul

Nos últimos dois anos a oferta de educação formal para Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) no Rio Grande do Sul foi ampliada em mais de 1.500 matrículas, atingindo, em março de 2023, 10,1% da população encarcerada, o que representa 4.396 pessoas em atividades formais de estudo. Em março de 2021, o grupo com acesso à escolarização representava 6,60% do universo de pessoas presas.

Os dados publicados pelo Observatório do Sistema Prisional do estado também revelam que a proporção de mulheres é o dobro da de homens no acesso à educação em contextos de prisão.

Março de 2023

População prisional
43.476

Homens
40.977

Mulheres
2.499



FONTE: Observatório do Sistema Prisional do RS, 2023



Em escolarização formal
4.396 PPL

Homens 3.942 (9,6%)
Mulheres 454 (18,1%)

FONTE: Observatório do Sistema Prisional do RS, 2023

No período analisado, que tomou por base os meses de março de 2021, 2022 e 2023, verificam-se ampliações quanto às matrículas

em todos os níveis de escolarização, bem como abrangendo pessoas privadas de liberdade dos diferentes regimes de cumprimento de pena.

QUADRO 1 – Número Pessoas Privadas de Liberdade em atividades formais de estudo, por nível de escolarização, no Rio Grande do Sul – março de 2021, 2022 e 2023

Nível de ensino	2021	2022	2023
Alfabetização	227	209	259
Ensino Fundamental Inicial	437	668	618
Ensino Fundamental Final	1.086	1.310	2.168
Ensino Médio	693	751	1.277
Curso Técnico	30	7	38
Ensino Superior	0	12	47

FONTE: Observatório do Sistema Prisional do RS, 2023
NOTA: O quantitativo final pode divergir do número inicial indicado haja vista as atividades formais de estudo incluem ações não relacionadas às matrículas nos NEEJAS-Prisionais.

As matrículas das Pessoas Privadas de Liberdade cresceram 78,2% no período. Em relação aos regimes de execução penal – fechado, semiaberto, aberto, e mesmo quanto às prisões provisórias – também se identifica o aumento de matrículas. Para o regime fechado, a taxa de ampliação foi de 26,4% no período, atingindo em março de 2023 2.741. Em relação às pessoas em prisão provisória, a elevação foi de 81,6%. Já para os regimes semiaberto e aberto o incremento de matrículas foi, respectivamente, de 1.102,7% e 600%.

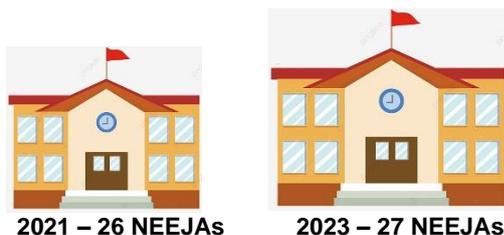
NEEJAS PRISIONAIS

Não obstante tais incrementos na oferta, no mesmo período, o número de NEEJAS Prisionais

nais (Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos) manteve-se praticamente o mesmo: 26 no ano de 2021 e 27 em 2023. Já as turmas descentralizadas (que, vinculadas a um NEEJA Prisional, são ofertadas em outro estabelecimento penal) passaram de 30 para 36 no período.

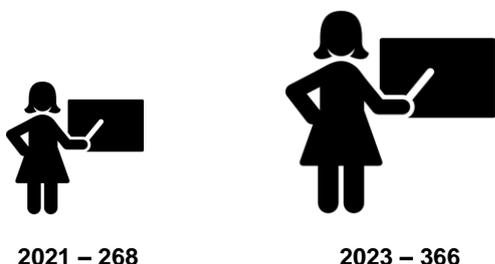
Trata-se de aspecto que merece atenção, haja vista que a malha prisional do Rio Grande do Sul inclui 100 estabelecimentos prisionais que demandariam estruturas de oferta de educação. Nesse sentido, os NEEJAS estariam presentes em menos de 30% das unidades, ainda que outro quantitativo seja atendido por turmas descentralizadas.

Sob outra perspectiva, tal situação indica que as estruturas existentes estão atingindo suas capacidades máximas de oferta, a qual poderá estagnar caso novos investimentos não sejam realizados.



FONTE: Observatório do Sistema Prisional do RS, 2023

Entretanto, o número de professores vinculados aos NEEJAS Prisionais aumentou no período em mais de 1/3, subindo de 268 para 366, o que impacta na oferta de ensino.



FONTE: Observatório do Sistema Prisional do RS, 2023

Outro fator que sugere melhora na qualidade e a expansão do incentivo ao estudo é o fato da queda do número de alunos evadidos da educação formal. Em março de 2021 havia o registro de 33 evasões, enquanto no mesmo mês de 2023 não houve nenhuma.

DESAFIOS QUE PERSISTEM

Dentre os desafios que persistem no campo da oferta do Direito à Educação nos ambientes prisionais está o déficit de escolarização que caracteriza as populações encarceradas.

No Rio Grande do Sul esse panorama se mantém, como se verifica no Quadro abaixo, o qual destaca o número de pessoas em situação de analfabetismo e de níveis de escolaridade incompletos:

QUADRO 2 – Pessoas Privadas de Liberdade com níveis de escolaridade incompletos no Rio Grande do Sul – março de 2021, 2022 e 2023

Nível de ensino	2021	2022	2023
Analfabeto	749	761	760
Ensino Fundamental Incompleto	24.823	24.836	24.666
Ensino Médio Incompleto	6.024	6.053	6.067
Ensino Superior Incompleto	592	597	608

FONTE: Observatório do Sistema Prisional do RS, 2023

É evidente, também, que estabelecimentos prisionais configuram espaços complexos quando se relacionam as funções educativas e de segurança, uma vez que suas próprias rotinas correccionais se diferem da funcionalidade das atividades educativas, que são distintas dos fins das respectivas penas (1).

Assim, ainda que um diagnóstico que coloca em evidência a evolução dos números de pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades de educação nas prisões seja otimista, é preciso ter cautela – como alertam os especialistas que analisaram Nota Técnica do então Departamento Penitenciário Nacional, elaborada em 2020 e que registrava um elevação de 276% de participantes nas ações educacionais em prisões, no âmbito nacional – pois indicadores de ingresso/matriculação não consideram questões inerentes à permanência, qualidade, aprendizagem, aprovação e conclusão do ciclo anual de ensino e aprendizagem na dinâmica penitenciária (2).

1 - ONOFRE, E. M. C.; JULIÃO, E. F. A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013.

2 - TORRES, E. N. S.; IRELAND, T. D.; ALMEIDA, S. I.. Diagnóstico da política de educação em prisões no Brasil (2020): o desafio da universalização. *Revista Eletrônica de Educação*, vol.15, pp. 1-18, 2021.